



JUVENTUDE RURAL, RELAÇÕES DE GÊNERO E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) COMO FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SERGIPE

Handresha da Rocha Santos Rocha¹

*José Eloizio da Costa^{*1}*

Resumen

Esse artigo discorre sobre a importância e o papel das mulheres rurais nas unidades produtivas em Sergipe, refletindo sobre a importância das políticas públicas, do acesso ao crédito, perspectivas de renda e melhorias nas condições de vida. Mesmo com os avanços conquistados, sobretudo no âmbito de algumas políticas de reconhecimento aos direitos da mulher, as desigualdades de gênero ainda se fazem presente na realidade do campo. O apoio à produção familiar agrícola é muito importante para a dinamização da economia de muitas regiões rurais brasileiras que necessitam de oportunidades para se desenvolver, assim, é possível afirmar que a agricultura familiar desempenha um papel fundamental para o crescimento da economia e para a melhoria de vida dos agricultores e que as políticas públicas exercem função importante no seu fortalecimento e valorização. Sendo assim, esse artigo destaca a condição feminina no trabalho rural no estado de Sergipe e chama a atenção para o desenvolvimento das políticas públicas de incentivo à produção na agricultura familiar, como possibilidade para uma melhoria nas condições de vida das mesmas. E a contribuição da mulher nesse âmbito é atuante, contudo, é desvalorizada pela sociedade que persiste na divisão sexual das tarefas, tornando muitas vezes invisível as contribuições econômicas, sociais e culturais das mulheres.

Palavras-chave

PNAE;
Agricultura familiar;
Políticas públicas;
Desenvolvimento rural,
Estado.

¹ Mestre e Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).E-mail: handresharocho@yahoo.com.br.

^{*1} Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista. E-mail: eloizio.npgeo@gmail.com

RURAL YOUTH, GENDER RELATIONS AND THE NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM (PNAE) AS A STRENGTHENING OF PUBLIC POLICIES IN SERGIPE

Abstract

This article discusses the importance and role of rural women in productive units in Sergipe, reflecting on the importance of public policies, access to credit, income prospects and improvements in living conditions. Even with the advances achieved, especially within the scope of some policies recognizing women's rights, gender inequalities are still present in the reality of the countryside. Support for family agricultural production is very important for boosting the economy of many Brazilian rural regions that need opportunities to develop. Therefore, it is possible to affirm that family farming plays a fundamental role in the growth of the economy and the improvement of farmers' lives and that public policies play an important role in strengthening and valuing them. Therefore, this article highlights the female condition in rural work in the state of Sergipe and draws attention to the development of public policies to encourage production in family farming, as a possibility for improving their living conditions. And the contribution of women in this area is active, however, it is devalued by society that persists in the sexual division of tasks, often making women's economic, social and cultural contributions invisible.

Keywords

*National School Feeding Program;
Family farming;
Public policies;
Rural development;
State.*

Introdução

O desenvolvimento regional tem se tornado um dos métodos de se considerar as formas de atuação do Estado e dos atores locais na promoção de políticas de desenvolvimento e combate à pobreza no Brasil. Assim este trabalho traz a discussão sobre as estratégias de desenvolvimento rural no Brasil através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) um programa que apoia o desenvolvimento sustentável considerando a abordagem regional, local. O PNAE é uma política pública redistributiva de grande relevância no Brasil pois atende os alunos da Educação Básica com uma alimentação equilibrada. Ademais, os benefícios nos níveis social, econômico e cultural são visíveis, porquanto privilegia os pequenos produtores e comunidades tradicionais no fornecimento dos alimentos, amplia economicamente esse viés da agricultura, respeita as produções típicas das regiões e contribui para a conscientização de um consumo equilibrado com vistas à sustentabilidade, diminuindo também o desperdício em toda a cadeia produtiva até a chegada dos produtos ao consumidor. É uma iniciativa que deve ser explanada e orientada no sentido de incrementar as diretrizes dessa política pública de forma a atender melhor os pequenos agricultores. Em termos metodológico, a pesquisa é de cunho qualitativa, assim foi utilizado como procedimento a análise documental, utilizando-se da leitura e análise de livros, teses, dissertações e artigos que abordam sobre a temática estudada, bem como coleta de dados secundários extraídos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério da Educação (MEC), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

(FAO), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SEAGRI) buscando explicar a razão e motivo das coisas, o método escolhido é o método empírico/analítico, onde será feita a análise estatística e do discurso, levantamento bibliográfico, estado da arte, observação documental, trabalho de campo e mapeamento. Como também trabalho de campo nos municípios de Carmópolis, Canindé de São Francisco e Itabaiana. Numa análise da produção do espaço e interação homem natureza a partir da mercadoria onde nessa lógica o espaço se modifica devido a lógica capitalista podemos afirmar que o Nordeste sempre serviu ao capital por isso a importância das políticas públicas mediadas pelo Estado como um idealizam-te para resolver um problema socioespacial. Portanto, destaca se o papel do Estado como gestor de projetos e estratégias socioeconômicas no espaço agrário efetivadas nas políticas públicas. Destarte, o trabalho aborda a importância dos programas institucionais em especial o PNAE como fomento para organização social e produtiva para a agricultura familiar, possibilitando sua recriação e empoderamento.

A opção pela escolha da temática como tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS), considera a importância da implementação dos programas de políticas públicas que visam contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar e, a observação da crescente preocupação em relação aos modelos e alternativas de desenvolvimento capazes de enfrentar os grandes “desafios” e problemas econômicos, sociais e ambientais que se apresentam no mundo contemporâneo.

A escolha do PNAE como programa de política pública ocorreu por este alcançar atores diferentes e de formas particulares, seja em seu objetivo principal de alimentar a população em fase escolar, até a promoção do desenvolvimento local e da agricultura familiar com a aquisição de alimentos nos municípios. Em relação ao motivo de estudar, a implementação de políticas públicas, decorre do forte interesse em pensar mudanças que fortaleçam a democracia e tornem a máquina estatal mais eficiente do ponto de vista da distribuição dos recursos, equidade social na implementação das políticas, desenvolvimento local e gestão municipal.

De maneira geral (inicial), pode se dizer que essa tese é permeada por um desejo de investigar como políticas públicas, voltadas aos pequenos produtores rurais, instituem-se e de que maneira esses sujeitos se relacionam com as instituições que atuam na implementação dessas políticas. Essa pesquisa também visa analisar o PNAE como política pública para a agricultura familiar e seus efeitos socioespaciais em Sergipe, a partir da relação agricultura familiar e unidades escolares. O PNAE, na sua estrutura institucional, visa atender a todos os alunos da educação básica que compreende a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, matriculados nas instituições públicas ou que tenha convênio com o poder público, mediante o repasse de recursos financeiros.

Deste modo, programas como PNAE e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) tem sido operacionalizado nos assentamentos rurais e pelos agricultores familiares com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida, mercado para os seus produtos, a valorização da produção de alimentos locais e regionais, o incentivo à organização, cooperação e/ou formalização dos agricultores, ao

incentivo do empreendedorismo local, a valorização dos aspectos sociais, culturais e ambientais e novas oportunidades de negócio e geração de emprego e renda.

Resultados e Discussões

Falar em juventude rural é considerar a amplitude de uma discussão eminente a respeito da migração do campo para a cidade, numa perspectiva que quase sempre considera a cidade como mais interessante e mais dotada de recursos e estratégias que dialogam com as preferências da juventude. Entretanto, é preciso considerar, no cerne desse debate, as múltiplas categorias assumidas pelo termo “jovem” e as formas pelas quais esse termo é construído. Criou-se uma imagem de “jovem” desinteressado pelo mundo rural e completamente ligado às tecnologias que só o meio urbano pode oferecer. Essa imagem, entretanto, causa estranhamento na juventude rural brasileira (CASTRO, 2019).

Vale destacar, entretanto, que, para os jovens que nasceram no meio rural, a decisão de permanecer no campo ou de migrar para a cidade não depende apenas da vontade própria: antes, uma série de fatores influenciam, e esses fatores giram em torno da oferta de serviços essenciais à sobrevivência e à formação humana. Outro fator determinante é a influência dos pais, haja vista que alguns jovens hoje em dia ainda levam em conta a participação de seus genitores na tomada de decisões.

Para conhecer melhor sobre a presença dos jovens no campo, é importante entender que esses grupos quase sempre se reúnem em lutas por melhores condições de acesso a bens e serviços (BOMFIM, 2019). Além disso, também é importante pontuar questões sobre o conceito de juventude, definição esta que, em muitas pesquisas, está relacionada à forma de vida e de comportamento, critérios quase sempre ligados ao meio urbano (NASCIMENTO; MARQUES; TRINDADE, 2020). Aqui, entendemos como jovens, na esfera do campo, “aqueles que moram em espaços rurais, filhos de pequenos agricultores, que incorporam desde cedo o trabalho agrícola” (NASCIMENTO; MARQUES; TRINDADE, 2020, p. 03).

Resgatando a abordagem a respeito do conceito de juventude, insta salientar que não existe uma definição única, tampouco uma perspectiva unânime. Assim, é importante esclarecer as diferenças do que se entende por jovem e quais são os critérios para se classificar a juventude.

Na compreensão de Weisheimer (2005) e de Oliveira (2006), existem cinco principais abordagens empregadas nas definições sobre juventude: faixa etária, ciclo de vida, geração, cultura (ou modo de vida) e representação social. Adotar-se-á, para fins desta pesquisa, a classificação de “faixa etária”, que adota como critério a idade biológica, levando em conta “indicadores demográficos, critérios normativos ou padrões estabelecidos pelos organismos internacionais” (TROIAN; BREITENBACH, 2018).

A juventude no campo possui singularidades relacionadas a seus enfrentamentos diários, à desvalorização e à falta de políticas voltadas à qualidade de vida desses grupos (NASCIMENTO; MARQUES; TRINDADE, 2020). No cerne dessas

lutas e trazendo o debate para o caso do estado do Sergipe, merece destaque o ativismo feminino e sua relação com o movimento sindical rural.

Conforme os estudos de Tavares e Góis (2020), existem muitas lutas e movimentos sociais e sindicais que se dedicam a batalhar por melhores condições de vida e de trabalho, e essas lutas estão centradas em preocupações como:

o acesso aos meios de produção e aos serviços essenciais à produção e reprodução da vida no campo, materializados pela democratização e universalização da propriedade da terra e da água e pelo acesso a serviços e benefícios necessários à permanência das/os trabalhadoras/es no campo: crédito, equipamentos e insumos agrícolas, assistência técnica, extensão rural, saúde, assistência social, previdência, educação, cultura, lazer, segurança alimentar e nutricional, saneamento e habitação (TAVARES; GÓIS, 2020, p. 1421).

A partir da ideia apresentada, insta considerar que o trabalho no campo é, infelizmente, permeado por incertezas e por desvalorização por parte da sociedade capitalista. Isso advém da transmissão geral do senso comum de que o campo é um lugar atrasado, sem perspectivas e sem expectativas de vida, ao passo em que a cidade é um espaço de oportunidades, de emprego digno e de condições de vida mais adequadas. Essa ideia certamente ampara a saída de muitos jovens do meio rural para o meio urbano, num processo que quase sempre desconsidera que “a vida na sociedade capitalista é um palco de lutas e estas estão em todos os lugares, momentos, relações” (VIANA, 2012, p. 17). Assim, a cidade não é isenta dos problemas gerados pelo sistema capitalista, e as dificuldades que comumente são atreladas ao campo não são exclusividade do meio rural.

A ideia de lugares desenvolvidos ou não-desenvolvidos perpassa pelas diferentes noções causadas pela regionalização no Brasil (GOMES; AIRES, 2019), uma vez que esse processo, por conferir características específicas a cada região, acaba por adotar estereótipos que geram preconceito e relacionar a noção de desenvolvimento à categoria cidadina. Para Silva (2010), esse tem sido um dos maiores problemas sociais, haja vista que, em virtude da modernidade, o desenvolvimento acaba sendo relacionado ao progresso, que, por sua vez, é intimamente relacionado ao avanço da ciência e da tecnologia, com vistas à obtenção de lucros.

Mesmo diante de todas essas questões, é importante considerar que a juventude rural desempenha um papel imprescindível na agricultura e no fortalecimento econômico dessas comunidades. Assim, a migração desses jovens para as áreas urbanas pode ocasionar, conforme mencionado por Gomes e Aires (2019), um declínio nas comunidades rurais e a perda de mão de obra agrícola. Essa situação pode ser ainda mais problemática quando se trata do Nordeste, mais precisamente no semiárido, pois essa área sofre, em grande parte, com um crescimento econômico lento ou estagnado, configurando indicadores sociais igualmente baixos e acentuando a situação estrutural de pobreza, que também é alarmada pelos longos períodos de seca.

Face a essa realidade, o jovem rural enfrenta uma dicotomia entre sair no campo ou permanecer lá, levando em conta, além de sua vontade, as condições de vida e as aspirações profissionais. Nesse sentido, Carneiro (1998, p. 19) alega que “se por um lado os jovens rurais buscam no meio urbano a possibilidade de construção do seu projeto de vida e de inserção no mundo moderno, por outro lado, buscam manter os laços que os unem com a sua cultura de origem”. Assim, é importante a elaboração de políticas que propiciem a permanência do jovem no campo quando for de sua vontade.

Uma questão intimamente relacionada a esse impasse são as relações de gênero, que impactam profundamente a vida do jovem rural. Na compreensão de Faria, Ferreira e Paula (2019), estereótipos de gênero limitam o acesso de jovens mulheres rurais a recursos, terras e oportunidades econômicas, impedindo seu pleno empoderamento. A juventude rural feminina acaba se tornando invisível dentro dos estudos de ruralidade, o que talvez aconteça pelo fato de que a sucessão da agricultura familiar à figura do jovem masculino, elemento que também está intimamente relacionado à vigência do modelo patriarcal (FARIA; FERREIRA; PAULA, 2019).

As disparidades de gênero no ambiente rural frequentemente se manifesta no acesso a recursos, tais como terra e financiamento, que são indispensáveis à agricultura e ao empreendedorismo. Nesse cenário, as jovens rurais enfrentam diversos obstáculos no tocante ao acesso à terra, limitando sua capacidade de fazerem parte da produção agrícola e do desenvolvimento rural.

A pesquisa de Faria, Ferreira e Paula (2019) considera a juventude rural feminina como relacionada à apropriação do trabalho familiar no que se relaciona à propriedade em termos de agricultura familiar, sendo que o jovem rural é economicamente dependente dos pais, não sendo ainda proprietário de terras.

Dados do censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) atestam que, naquele ano, 26,9% da população brasileira era formado por jovens entre 15 e 29 anos; destes, 27% viviam no meio urbano e 26,2% habitavam a área rural. Ainda segundo esses dados, 26,4% dos jovens rurais eram homens, ao passo em que 25,9% eram mulheres. É importante que esses dados sejam analisados tomando por base as políticas de permanência dos jovens no meio rural.

Além do acesso desigual a recursos, as relações de gênero impactam também a participação da juventude rural na tomada de decisões e na política. As jovens rurais acabam enfrentando barreiras a respeito da participação política, o que ocasiona uma representação limitada nos processos de tomada de decisões que afetam suas comunidades.

No cenário dessa juventude, os estereótipos de gêneros restringem escolhas e oportunidades, além de que as expectativas sociais no tocante aos papéis de gênero muitas vezes limitam a liberdade de escolha dos jovens em relação ao ensino, emprego e envolvimento em atividades produtivas.

A condição da juventude rural feminina carrega consigo elementos que afetam fortemente as ruralidades. Esses elementos estão relacionados a fatores como

[...] a condição da subalternidade da mulher nas relações familiares, a desvalorização das atividades que desempenham na agricultura familiar, a indivisibilidade do trabalho doméstico e o pouco espaço destinado a elas na atividade agrícola comercial, na qual atuam apenas como auxiliares (BRUMER, 2007, p. 39).

No entendimento de Kummer (2013), esses aspectos mencionados por Brumer (2007) incentivam o processo de êxodo rural da juventude feminina, fazendo com que esse fenômeno seja majoritariamente praticado pelas mulheres:

As atividades ditas femininas, analisadas a partir da divisão sexual do trabalho na agricultura, são definidas como ajuda à estrutura familiar, ainda que o trabalho desenvolvido seja equivalente ao masculino ou o mesmo praticado pelos homens. Por conseguinte, desmotivadas em permanecer no campo, em função das desigualdades vivenciadas no ambiente familiar da agricultura, uma parcela considerável de mulheres inseridas na atividade, geralmente mais jovens, optam pela migração às cidades, já que no rural são poucas as perspectivas profissionais (LANGBECKER, 2017, p. 128).

Nesse sentido, o aprendizado dos jovens rurais não se limita ao saber prático, uma vez que esses jovens adquirem a ética específica da agricultura familiar e reproduzem ideias que colocam a mulher em posição inferior dentro da hierarquia social, fator que acentua ainda mais o êxodo rural feminino.

O estudo das relações de gênero na juventude rural demandam uma análise crítica das estruturas de poder que afetam a vida dos jovens rurais. As relações de gênero são considerações complexas e multifacetadas que permeiam os âmbitos da vida social como um todo, sendo, no caso da juventude rural, marcadas por desigualdades e hierarquias. Conforme supramencionado, as mulheres rurais são subordinadas aos homens, desempenhando papéis sociais e ocupações tradicionalmente consideradas femininas, como o trabalho doméstico e a assistência aos filhos.

Não obstante, as relações de gênero no âmbito rural também dialogam com a divisão tradicional do trabalho entre a *roça* e a *casa*. Essa divisão é um fenômeno crítico da vida na área rural e afeta profundamente a organização laboral e as oportunidades disponíveis para homens e mulheres na agricultura. Assim, para Esteve (2017, p. 21), “a divisão sexual do trabalho na roça é uma prática arraigada nas sociedades rurais e frequentemente reproduz estereótipos de gênero”.

Em termos históricos, a agricultura no meio rural sempre esteve sujeita a papéis tradicionais de gênero, uma vez que os homens são geralmente direcionados às atividades de cultivo e as mulheres, ao ambiente doméstico. Essa divisão limita as oportunidades das mulheres na tomada de decisões e no acesso a recursos (ESTEVE, 2017).

O espaço rural, apesar de acompanhar algumas das modificações nas relações interpessoais ao longo do tempo, segue sendo um ambiente de reprodução de

práticas conservadoras alimentadas pelo patriarcado e pelos baixos índices de acesso à educação formal. Nesse contexto, o trabalho feminino no campo ainda é permeado pelo caráter de invisibilidade, mesmo que as mulheres ocupem papel central tanto na garantia do sustento familiar quanto na continuidade do abastecimento interno nacional, haja vista que dividem seu tempo entre a jornada de trabalho doméstico e as atividades a elas atribuídas na lavoura (PAULILO, 2009; ESTEVE, 2017). As próprias mulheres muitas vezes contribuem para a desvalorização de seu próprio trabalho ao enxergá-lo como uma ajuda aos homens, acentuando, assim, a supervalorização da mão de obra masculina em detrimento da feminina e, por conseguinte, a desigualdade de gênero. Sobre isso, Paulilo (2009, p. 180) destaca que

Considerar trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas. Quanto ao trabalho remunerado, ele foi considerado fundamental, pois em uma sociedade em que quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria poderia torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla.

É, portanto, de extrema relevância considerar como trabalho as atividades desempenhadas pelas mulheres rurais, ainda que a nível doméstico e sem remuneração. Essa importância é ainda mais acentuada quando se leva em conta as disparidades de gênero na divisão do trabalho dentro das dinâmicas familiares.

O trabalho feminino é fundamental em setores como, por exemplo, a produção de alimentos, mas esse fato quase sempre é omitido nos níveis de cadeia produtiva e na produção agrícola em geral, uma vez que o ambiente é estereotipado como sendo majoritariamente masculino (LISBOA; LUSA, 2010), sendo comum ouvir frases como “isso não é trabalho de mulher”, ou “lugar de mulher é em casa, fazendo comida e cuidando dos filhos”.

A desigualdade de gênero ampara o bloqueio das mulheres rurais no acesso à terra e fortalece a fome e a miséria. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (ONU, 2011), 60% das pessoas que passam fome no mundo são mulheres. Essa ideia ampara o argumento dado por Shutter (2011 *apud* ESTEVE, 2017, p. 27), que diz que “a fome é um problema político, é uma questão de justiça social e de políticas de redistribuição”

A partir desse ponto, recai-se sobre um debate indispensável à Geografia no Brasil: a questão agrária e a proposição de políticas públicas de combate à fome. Os parágrafos a seguir se dedicarão a essa temática, buscando apresentar a representatividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no cenário rural sergipano.

A questão agrária brasileira é um processo intimamente relacionado à colonização do país pelos portugueses (ROCHA, 2019). O colonialismo na América como um todo, por meio dos colonizadores europeus, forneceu ao capitalismo

mercantil a mão-de-obra e os recursos minerais e agrícolas necessários à hegemonia geopolítica das metrópoles.

O modelo econômico da agricultura brasileira foi moldado pela propriedade e pelo domínio da terra monopolizada pelos portugueses, o que contribuiu para o surgimento do caráter agroexplorador pautado no latifúndio, na monocultura, na exportação e na mão-de-obra escrava, tendo ocorrido inicialmente pelo extrativismo e depois pelo advento das sesmarias. Com isso, a principal unidade de produção do Brasil passou a ser a propriedade rural.

Fernandes (2005, p. 4) considera que a questão agrária

[...] nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da *sujeição da renda da terra ao capital*.

Isso faz com que o espaço geográfico seja um espaço de reprodução de um processo que só aprofunda contradições e acentua as divisões de trabalho, não somente a nível sexual, mas também social e territorial, sendo que esse último se refere principalmente à dicotomia campo x cidade. O capitalismo não se preocupa com a transformação do espaço ou do modo de vida das pessoas, mas sim com o processo de acumulação de riquezas.

Diante desses fatores e do problema da fome como resultado de um sistema que escraviza e oprime, merece destaque a atuação do PNAE, uma alternativa do governo brasileiro que desempenha importante papel na relação entre o trabalho no campo e a alimentação escolar. O objetivo do PNAE é fornecer alimentação de qualidade aos estudantes da rede pública de ensino, ao mesmo tempo em que apoia a agricultura familiar e promove o desenvolvimento sustentável das áreas rurais.

A década de 1920 no Brasil foi um período fértil para debates centrados nas questões alimentares. Nessa época, diversos congressos e iniciativas foram realizados no intuito de potencializar a qualidade da alimentação dos trabalhadores e de suas famílias, o que culminou, em 1952, na elaboração do 1º Plano Nacional de Alimentação, realizado pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA) e organizado pela Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. A partir disso, a merenda escolar (que, para muitos alunos, é a única refeição do dia) passou a ser tida como responsabilidade do Estado (ROCHA, 2019).

Mais tarde, em 1955, foi criada, pelo Ministério da Educação (MEC), a Campanha Merenda Escolar (CME), que se tornou, em 1979, o PNAE. Uma das contribuições desse órgão reside no fato que foram firmadas, através dele, diversas parcerias com instituições internacionais, como o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) e o Programa Mundial de Alimentos da FAO/ONU, iniciativas que objetivavam fornecer políticas assistencialistas a países subdesenvolvidos.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a municipalização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (e, conseqüentemente, da merenda

escolar), o PNAE também foi municipalizado, como parte integrante de um plano para fazer com que o Governo Federal fosse mais descentralizado (ROCHA, 2019).

Trazendo a discussão para o estado do Sergipe, é relevante tratar da promulgação nacional da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, que

dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis números 10.800, de 09 de junho de 2004, 11.273, de 06 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n. 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n. 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências (BRASIL, 2009).

O cumprimento dessa lei por parte dos municípios sergipanos garante a evolução do PNAE no Estado, o que, entretanto, não garante a participação dos trabalhadores rurais no programa.

A pesquisa feita por Rocha (2019) evidenciou que, entre os anos de 2011 e 2015, das 75 cidades do Sergipe, apenas 10 conseguiram atingir a média prevista pela referida lei (investir pelo menos 30% da verba destinada à compra de produtos advindos do setor de agricultura familiar). Nos dados levantados pelo pesquisador, em 2011, o município de Lagarto recebeu R\$ 1.225.440,000 e destinou R\$ 459.270,60, o que representa 37,48% e significa dizer que cada agricultor participou com R\$ 9.000,00, contemplando 51 agricultores. Os demais municípios que integraram esse grupo foram Itabaianinha, Ribeirópolis, Frei Paulo, Siriri, Itaporanga d'ajuda, Divina Pastora, Boquim e São Francisco. No total desses municípios, o valor transferido foi de R\$ 3.123.600,00, e o repasse para as aquisições da agricultura familiar foi de R\$ 1.408.893,64, o equivalente a aproximadamente 45,10% (ROCHA, 2019).

Já no último ano do período pesquisado (2015), 40 municípios sergipanos (cerca de 53,3% do total) conseguiram bater a meta e registraram saldo positivo, com destaque para o município de Amparo de São Francisco, que repassou um percentual de 101,34%. Os demais municípios foram: Japaratuba, Pedra Mole, Canindé de São Francisco, Carmópolis, Maruim, Frei Paulo, Simão Dias, São Francisco, Pacatuba, Ilha das flores, Riachuelo, Nossa Senhora de Lourdes, Moita Bonita, Gararu, Nossa Senhora do Socorro, Macambira, Lagarto, Santa Rosa de Lima, Ribeirópolis, Cedro de São João, Cumbe, Malhada dos Bois, Umbaúba, Nossa Senhora da Glória, Muribeca, Poço Redondo, Cristianópolis, Barra dos Coqueiros, Boquim, Monte Alegre de Sergipe, Divina Pastora, São Miguel do Aleixo, Estância, Feira Nova, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora Aparecida, Japoatã, Própria e Malhador (que foi o município com menor repasse, equivalente a 30,22%).

No referido estado, o PNAE é executado pela Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (SEDUC). A SEDUC é responsável por repassar os recursos financeiros para os municípios, que são responsáveis pela aquisição dos alimentos e pela distribuição da merenda escolar.

No ano de 2023, o Governo Federal repassou R\$ 27,9 milhões para o PNAE em Sergipe. Esses recursos foram utilizados para a compra de alimentos da agricultura familiar, que representam 30% do valor total do programa (UFS, 2023).

A alimentação escolar no Sergipe é composta por alimentos variados, que incluem frutas, verduras, legumes, cereais, leguminosas e carnes. A merenda escolar é servida em dois momentos: café da manhã e almoço.

Apesar dos avanços, o PNAE ainda enfrenta alguns desafios no Estado. Uma das principais barreiras é a falta de infraestrutura nas escolas, que dificulta o armazenamento e a distribuição dos alimentos. Outro problema é a falta de recursos financeiros, que pode limitar a variedade e a qualidade da alimentação escolar (ROCHA, 2019).

O Governo do Sergipe tem trabalhado para superar esses desafios, investindo na infraestrutura das escolas e ampliando os recursos financeiros para o PNAE (UFS, 2023).

Mesmo diante de uma realidade desafiadora, o PNAE apresenta, tanto no Sergipe quanto a nível nacional, diversas contribuições em termos sociais, educacionais e de saúde, com ênfase na segurança alimentar e nutricional (uma vez que busca garantir uma alimentação de qualidade para os estudantes, fornecendo refeições que atendem aos critérios nutricionais específicos) e estímulo à agricultura familiar, tendo em vista a destinação de uma parte significativa dos recursos para a compra de alimentos da agricultura familiar, o que estimula a produção local, gera renda para agricultores familiares e fortalece as economias regionais.

Esses programas têm contribuído não apenas para superação da pobreza, mas, também vem dinamizando regiões e aumentando possibilidades para um desenvolvimento rural. Pois a integração das políticas públicas de segurança alimentar com as políticas direcionadas para o mundo rural, junto ao reconhecimento e importância da agricultura familiar ressaltam o potencial das suas ações para o fortalecimento econômico e oportunidade de impulsionar as economias.

De acordo com (GRISA,2012. p.38)

com a expansão do programa, a exposição de seus resultados para as dinâmicas locais e para o fortalecimento das organizações da agricultura familiar, e o crescente debate no Brasil neste período sobre construção social dos mercados, o PNAE ganhou importante projeção nacional e internacional, servindo de exemplo para ser reaplicado ou exportado para outros países.

A compra de alimentos para a merenda escolar de pequenos produtores locais traz benefícios tanto para os alunos e a administração pública, quanto para os produtores envolvidos e para a economia da região. O primeiro aspecto importante a ser citado é a retenção dos recursos do governo municipal na própria localidade, aumentando a circulação de riqueza local, o que muitas vezes não acontece devido a preços e volumes mais atrativos encontrados em municípios afastados ou em

outros estados, ou mesmo em centrais de abastecimento. Ao evitar essa fuga de capitais, a compra da agricultura familiar pela Prefeitura produz um efeito multiplicador na economia local muito maior do que a compra fora da região. Ao mesmo tempo, ao direcionar os gastos para a camada mais carente da população local, a administração pública promove o aumento da receita desse segmento e uma desconcentração da renda regional, estimulando também outras atividades. Para o agricultor familiar a venda para a merenda representa a abertura de um mercado com um bom potencial de recursos, além de um cliente conhecido e uma fonte pagadora mais segura. Isto ocorre porque normalmente esse tipo de apoio está associado a municípios pequenos, onde existe grande conhecimento e interação entre os fornecedores e os responsáveis pela aquisição dos produtos na Prefeitura.

Além dos aspectos citados, a comercialização também supõe vantagens pelo fato da agricultura familiar obter preços mais justos e garantir a continuidade de fornecimento devido ao estabelecimento de laços de confiança. Igualmente do ponto de vista da administração pública, ao comprar de pequenos produtores o responsável técnico e o financeiro pelas compras podem ter acesso direto e periódico à produção e ao fornecedor. Para a alimentação escolar a primeira vantagem da compra de alimentos produzidos na região é o respeito aos hábitos alimentares regionais e, com isso, o aumento da aceitação das refeições servidas às crianças.

Para SCHNEIDER (2012, p. 59):

uma das consequências desse processo que se consolida com as cadeias agroalimentares curtas é que elas acentuam a dinamização tanto da economia urbana como da rural, favorecendo a acumulação de capital por meio da sinergia de ações que incrementa à produção e comercialização de alimentos típicos com qualidade diferenciada.

Contudo, existem problemas na aplicação do programa, como a fragilidade de muitas organizações sociais e a instabilidade política das administrações locais, fatores que contribuem para a descontinuidade do programa.

Considerações Finais

Os programas de políticas de desenvolvimento regional ou local procuram promover ações que apresentam alternativas de médio e longo prazo, objetivando assegurar melhorias na condição de vida das pessoas, por meio da organização econômica, conservação e preservação do meio ambiente. A presença do Estado tem um papel fundamental no desenvolvimento rural, onde a gestão territorial fomenta a produção e comercialização, ao garantir financiamentos, canais de comercialização e infraestrutura. Observa-se a necessidade de produzir e comercializar em função de existir mercado consumidor para os produtos oriundos da agricultura familiar.

Portanto, o que se observa é a necessidade de ações governamentais complementares voltadas à estruturação dos empreendimentos de agricultura familiar. Essas ações podem ser direcionadas tanto para a adequação dos normativos às realidades e modos de vida dos agricultores familiares, estabelecendo novos

padrões institucionais de mercado, como para a disponibilização de programas de assistência técnica que auxiliem na capacidade gerencial e no ordenamento econômico de suas atividades.

O acesso aos mercados é considerado um dos principais entraves ao desenvolvimento da agricultura familiar. A compra de produtos por parte do poder público pode ser estratégica para a agricultura familiar.

Por inúmeras razões e explicações distintas para cada situação, podemos afirmar que a participação das famílias agricultoras e de suas organizações nos mercados está muito aquém de seu potencial. Ao acompanharmos diferentes iniciativas de inserção da produção de base familiar nos mercados, mesmo aquelas de empreendimentos mais consolidados, é possível perceber a existência de algumas dificuldades comuns a todas. Dentre elas, ressalta-se o enfrentamento ao processo do modelo de produção e consumo que favoreceu a enorme concentração de poder nas mãos de poucas grandes produtores.

Para fazer frente ao crescente poder econômico desses, os empreendimentos de base familiar que participam das chamadas públicas e mercados institucionais, ainda precisa de suporte para responder às demandas da agricultura familiar, vez que não dispõe de instrumentos jurídicos, normativos, fiscais, tributários e sanitários que contemplem as especificidades desses setores. Em geral, suas organizações se encontram desprovidas de equipe dedicada e capacitada para a gestão econômica, administrativa e financeira dos empreendimentos. Além disso, costumam se dedicar simultaneamente ao campo de ação política e à atividade comercial, o que muitas vezes compromete o desempenho econômico.

Foram constatadas, através do trabalho de campo, que os agricultores apresentam dificuldades de acessar o programa para vender seus produtos devido à falta de conhecimento da legislação, acesso a crédito, falta de assistência técnica, formação e capacitação, pouco diálogo com outros atores do programa e problemas na entrega dos produtos. Apesar disso, o programa se revela para eles como importante estratégia de venda e de organização social nas comunidades, e há um desejo de continuar a vender ou nele ingressar.

Referências bibliográficas

BOMFIM, W. S. *Permanência e saída do jovem no campo: uma abordagem dos jovens rurais da Matinha, Ituberá-BA*. 2019. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Cruz das Almas- BA, 2019.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, E. G. de. *Os jovens estão indo embora? : juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: Mauad X e Seropédica, 2019.

- ESTEVE, E. V. *O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?* 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017.
- FARIA, G. J. A.; FERREIRA, M. da L. A.; PAULA, A. M. N. R. de. Êxodo rural feminino, gênero e ruralidades: consequências da migração da juventude rural feminina do distrito de Muquém- Mirabela/MG. *Revista Grifos*, n. 47, 2019.
- FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: _____. *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2005.
- GRISA, Catia. *Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. 2012 (Doutorado em Ciências Sociais - Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)- Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). P 50-57
- GRISA, SCHNEIDER *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider*. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p. : il. ; 16x23cm (Série Estudos Rurais) P 35-68
- GOMES, A. B.; AIRES, M. A. V. B. *Juventude rural: desafios e estratégias de (con)vivência no semiárido brasileiro*. In: VI Congresso Nacional de Educação- CONEDU. Avaliação: Processos e Políticas, Fortaleza- CE, 24 a 26 de outubro de 2019. **Anais**. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_M D1_SA5_ID3321_15082019101704.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.
- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística (IBGE). *Censo demográfico 2010: universo, características da população e dos domicílios*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=793>>. Acesso em: 22 out. 2023.
- KUMMER, R. *O viés enviesado: a migração rural feminina a partir do olhar masculino*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10ª ed., Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2013.
- LANGBECKER, T. B. Gênero e trabalho na pecuária familiar: uma leitura a partir da divisão sexual do trabalho. *Revista Alamedas*, Toledo, v. 5, n. 2, pp. 128-144, 2017.
- LISBOA, T.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero- Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, pp. 871-887, dez. 2010.
- NASCIMENTO, M. B. de M.; MARQUES, T. G.; TRINDADE, D. R. da. Jovens do campo no Ensino Superior. *Revista Exitus*, Santarém-PA, v. 10, pp. 01-30, 2020.
- ONU Mujeres. *Hechos y cifras sobre las mujeres rurales*. 2011. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/es/news/in-focus/rural-women-day/2011/facts-and-figures>>. Acesso em: 24 out. 2023.

- PAULILO, M. I. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da igualdade de gênero. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v. 2, n. 1, pp. 179-202, 2009.
- ROCHA, M. A. B. da. *Reprodução socioespacial do campesinato no alto sertão sergipano através do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE*. 2019. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe-UFS, São Cristóvão- SE, 2019.
- TAVARES, M. S.; GÓIS, M. N. de. *Ativismo feminino no movimento sindical rural de Sergipe/Brasil: (in)confidências de gênero*.
- TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. *Interações*, v. 19, n. 4, out.-dez. 2018.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE- UFS. *CECANE*. 2023. Disponível em: <<https://dnut.ufs.br/pagina/26229-cecane>>. Acesso em: 25 out. 2023.
- VIANA, N. *Juventude, trabalho e projeto de vida*. GT 05: Juventude, trabalho e emprego. Seminário Internacional da Contemporaneidade, Goiás, nov. 2012.



Recebido em 09 de Dezembro de 2023

Aceito para publicação em 02 de Junho de 2024